

L E I Nº 613/67

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - Fica aprovado o orçamento geral do Município de Bandeirantes, para o exercício de 1967, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei, e que estima a Receita e fixa a Despesa em Cr\$ 493.000.000,00 (quatrocentos e noventa e três milhões de cruzeiros).

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, suprimentos de fundos e outras fontes de rendas, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo II e seus subanexos, de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES Cr\$ 465.500.000,00
Receita Tributária Cr\$ 260.010.000,00
Renda de Serviços Diversos Cr\$ 2.000.000,00
Renda de Transferências Correntes Cr\$ 196.300.000,00
Rendas Diversas Cr\$ 7.190.000,00

RECEITAS DE CAPITAL Cr\$ 27.500.000,00
Transferências de Capital Cr\$ 27.500.000,00

Artigo 3º - A despesa será realizada na forma dos quadros analíticos constantes dos anexos III e seguintes, dos respectivos, conforme discriminação seguintes:

CÂMARA MUNICIPAL Cr\$ 6.000.000,00
Prefeitura Cr\$ 487.000.000,00
Gabinete do Prefeito Cr\$ 10.000.000,00
Secretaria Cr\$ 13.000.000,00
Serviço de Fazenda Cr\$ 66.000.000,00
Delegacia de Polícia Cr\$ 500.000,00
Junta de Alistamento Militar Cr\$ 2.000.000,00
Campo Agrícola de Cr\$ 2.000.000,00
Serviço de Obras e Viação Cr\$ 73.000.000,00
Aeroporto Cr\$ 2.000.000,00

Serviço de Educação e Cultura Cr\$ 45.000.000,00
Serviço de Saúde 14.000.000,00
Trabalho, Previdência e Assistência Social Cr\$
30.000.000,00
Serviços Urbanos Cr\$ 229.000.000,00

Artigo 4º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a:
I - Efetuar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 10% (dez por cento) do total da receita estimada;
II - Abrir crédito suplementar de 50% (cinquenta por cento) das dotações referentes as verbas de custeio de serviço (3.1.0.0), investimento (4.1.0.0) e inversões financeiras (4.2.0.0).

Artigo 5º- A execução de despesas variável dependerá do comportamento efetivo da receita, ficando o Prefeito autorizado a aprovar, por decreto, um plano de contenção das despesas que não sejam fixas, até o limite de 40% (quarenta por cento).

Parágrafo Único – No decurso do exercício, a arrecadação atingindo os níveis previstos, poderão ser liberados, por decreto do Prefeito, proporcionalmente, as dotações incluídas no plano de contenção.

Artigo 6º - Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1967.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes.

Moacyr Castanho
Prefeito Municipal